OPINIÃO

O diálogo entre apicultores e agricultores é essencial para proteger as abelhas

Anderson Roberto dos Santos (*)

A criação de abelhas exige acompanhamento constante, atenção às condições do ambiente e, principalmente, uma boa relação com as atividades agrícolas que ocorrem próximas aos apiários.

Trabalho com apicultura há mais de 10 anos e, ao longo desse período, aprendi que a comunicação entre apicultores e agricultores é um dos principais caminhos para prevenir ocorrências e buscar soluções efetivas.

Atualmente, com cerca de 35 colmeias de Apis *mellifera* (abelha-europeia), em Votuporanga (SP), mantenho meus apiários em uma região cercada por áreas de produção agrícola, com laranjais e canaviais nas proximidades.

Essa convivência faz parte da realidade de muitos apicultores e, por isso, considero fundamental que exista uma troca de informações entre as partes. Conhecer a localização das colmeias, as características da produção e os períodos de aplicação são informações importantes para que as atividades possam ocorrer de maneira segura.

Tenho o hábito de visitar meus apiários com frequência, praticamente um dia sim e outro não. Esse acompanhamento próximo permite perceber rapidamente quando existe alguma alteração no comportamento das abelhas.

Em uma dessas visitas, observei que algumas delas apresentavam comportamento diferente do habitual na linha de voo. Ao tentar entrar nas colmeias, elas rodopiavam, caíam e morriam. Diante da situação, fiz registros em vídeo para documentar a situação. Como já havia passado por uma situação semelhante anteriormente, entendi que era importante buscar orientação e comunicar o caso.

Foi nesse momento que procurei o atendimento do 0800 do Colmeia Viva, por indicação de outro apicultor. O contato foi importante para que eu pudesse explicar o que havia ocorrido e receber orientações sobre os próximos passos.

Fui atendido e pude relatar os detalhes e as condições observadas no local. Recebi orientações sobre a importância de registrar adequadamente as informações e sobre os procedimentos para o encaminhamento do caso.

No meu caso, duas colmeias foram afetadas. A quantidade de abelhas perdidas foi muito grande e foi necessário descartar favos e melgueiras que estavam cheios de mel, o que trouxe impactos para a atividade – ainda não foi possível apurar as causas.

Essa experiência reforçou para mim a importância de saber a quem recorrer quando algo fora do normal acontece. O apicultor muitas vezes se depara com uma situação inesperada e não sabe exatamente quais medidas deve tomar, quais órgãos procurar ou como registrar adequadamente o ocorrido. Ter acesso a um canal de atendimento e orientação pode fazer diferença nesse momento. E mais importante que pensar no passado, quero melhorias para o futuro, para que essa situação não volte a ocorrer.

Ao mesmo tempo, acredito que precisamos avançar na informação que chega aos apicultores. É importante que eles conheçam os procedimentos para formalizar uma ocorrência, saibam da necessidade de buscar o atendimento dos órgãos oficiais e tenham orientação sobre a documentação e as etapas envolvidas na apuração de um caso.

A relação com os agricultores também precisa ser fortalecida. O apicultor tem responsabilidade pela instalação e pelo manejo das colmeias e deve considerar as características das áreas produtivas no entorno. Da mesma forma, quem realiza aplicações em lavouras precisa conhecer a presença dos apiários próximos e adotar os cuidados necessários para reduzir os riscos de exposição das abelhas.

Essa comunicação pode começar com algo simples: o contato direto. Informar onde estão os apiários, conversar sobre os períodos de aplicação e alinhar os procedimentos pode contribuir para evitar situações de conflito. Quando existe conhecimento sobre a atividade do outro, fica mais fácil encontrar alternativas que permitam a convivência entre a produção agrícola e a apicultura.

As condições do ambiente também precisam ser consideradas. Vento, presença de flores, horário de atividade das abelhas e proximidade de recursos hídricos são fatores que devem fazer parte do planejamento das atividades no campo. São cuidados que contribuem para reduzir riscos e favorecer uma convivência mais segura entre agricultura e apicultura.

Por isso, acredito que iniciativas que aproximem apicultores, agricultores e instituições são importantes para ampliar o conhecimento e orientar as decisões no campo. O atendimento do 0800 do Colmeia Viva tem um papel relevante nesse processo ao oferecer um canal para que o apicultor relate ocorrências e receba direcionamentos sobre como proceder.

Na minha experiência, ter esse suporte fez diferença porque, diante de uma situação de mortalidade, eu precisava entender quais caminhos seguir. O atendimento ajudou a organizar as informações e a buscar os procedimentos adequados junto aos órgãos responsáveis pela avaliação e pelo encaminhamento do caso.

Ainda temos muito a avançar. A convivência entre a apicultura e a agricultura exige responsabilidade de todos os envolvidos. O produtor precisa estar atento às condições da aplicação, enquanto o apicultor deve acompanhar seus apiários e manter uma comunicação próxima com as propriedades vizinhas.

Quando existe diálogo e informação, fica mais fácil construir uma convivência segura e harmoniosa entre todos.

(*) Apicultor.

Perdas bilionárias na pecuária ampliam espaço para bioinsumos no manejo animal

Com resistência a químicos e pressão por soluções sustentáveis, tecnologias biológicas ganham espaço; ANPII Bio, que representa a indústria de bioinsumos, amplia sua atuação na pecuária e defende regulamentação que garanta inovação, segurança jurídica e competitividade

Helena_Lopes_de_Pexels_CANVA



A pecuária brasileira perde, anualmente, cerca de US$ 3,2 bilhões em decorrência de desafios sanitários associados ao carrapato bovino, principal ectoparasito dos rebanhos nacionais. Com o avanço da resistência aos carrapaticidas, somado aos desafios relacionados ao uso de antiparasitários químicos sintéticos e à crescente demanda do mercado consumidor pela redução do uso de produtos químicos na produção de alimentos, o setor busca novas alternativas de controle que sejam eficazes e sustentáveis.

"Esse avanço da resistência tem reforçado a necessidade de novas tecnologias de controle, capazes de contribuir para o aumento da produtividade e do bem-estar animal, ao mesmo tempo em que reduzem a dependência de insumos químicos. Nesse cenário, é fundamental criar condições para que soluções alinhadas ao conceito de Saúde Única, que considera a relação entre a saúde animal, humana e ambiental, cheguem ao mercado e contribuam para um manejo mais seguro e sustentável", afirma Caio Monteiro, pesquisador na área de Parasitologia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

No entanto, apesar do avanço tecnológico e do potencial de aplicação, o segmento ainda não conta com uma regulamentação específica para o registro de produtos com bioinsumos destinados ao controle de parasitas na pecuária, o que dificulta a regularização dessas tecnologias e o acesso do produtor rural a essas soluções. Nesse contexto, a consolidação do mercado depende de um texto final para a regulamentação da Lei dos Bioinsumos (Lei nº 15.070/2024) que contemple as particularidades desses produtos e garantam segurança jurídica, estímulo à inovação e competitividade. Atualmente, a regulamentação da lei segue em discussão a partir da minuta de decreto encaminhada por meio do Ofício nº 440/2025/DSV/SD A/MAPA, de dezembro de 2025, incluindo a construção de normas específicas para o registro desses produtos.

> "O Brasil reúne escala produtiva, capacidade científica e um dos maiores mercados pecuários do mundo.

"O Brasil reúne escala produtiva, capacidade científica e um dos maiores mercados pecuários do mundo, mas transformar esse potencial em avanço concreto depende de um ambiente regulatório claro, que traga previsibilidade e destrave a inovação. Sem isso, o investimento desacelera e o país pode perder competitividade em uma frente estratégica para a produção animal", explica Larissa Bonotto, diretora de operações da ANPII Bio (Associação Nacional de Promoção e Inovação da Indústria de Biológicos).

Nesse sentido, a entidade, primeira a representar as indústrias de insumos biológicos no Brasil, ampliou sua atuação no último ano para incluir, entre as associadas, empresas do segmento de biológicos para a pecuária, com foco em soluções voltadas ao controle de parasitas externos nos rebanhos. A iniciativa também amplia as possibilidades de parcerias e interlocução com pesquisadores e instituições acadêmicas ligadas ao desenvolvimento dessas tecnologias. O movimento reforça o protagonismo técnico já exercido pela associação no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para a construção do marco regulatório da Lei de Bioinsumos, no qual participou como única representante exclusiva da indústria, com expertise específica em soluções de controle na pecuária, diferencial que segue relevante à medida que as discussões avançam para a consolidação do decreto.

Bioinsumos para uso animal abrangem produtos e processos de origem biológica, principalmente à base de microrganismos e seus metabólitos, aplicados na produção pecuária e aquícola para melhorar desempenho, saúde, bem-estar e eficiência produtiva, com foco em segurança, eficácia e qualidade industrial. Do ponto de vista tecnológico, a base é essencialmente a mesma dos bioinsumos agrícolas, com o uso de microrganismos benéficos, como, por exemplo, fungos e bactérias.

As diferenças mais relevantes estão no contexto de uso e nas exigências regulatórias: enquanto os biológicos agrícolas atuam sobre plantas, solo e organismos fitopatogênicos, os de uso animal interagem diretamente com o organismo animal ou com seu habitat, como é o caso do controle de carrapatos, moscas e outros parasitas, exigindo adaptações nos protocolos de uso, no manejo e nas condições práticas de aplicação.

ANPROVIN amplia capacidade analítica do laboratório com a instalação de cromatógrafo líquido de alta eficiência

A Associação Nacional dos Produtores de Vinho de Inverno (ANPROVIN) deu mais um passo na estruturação do Laboratório ANPROVIN. Nesta semana, a unidade recebeu a instalação de um cromatógrafo líquido de alta eficiência (HPLC) da Agilent Technologies, empresa norte-americana reconhecida mundialmente por suas soluções em instrumentação analítica.

A tecnologia permite separar, identificar e quantificar diferentes compostos presentes nos vinhos e derivados da uva, contribuindo para o controle de qualidade, a caracterização química e o desenvolvimento de pesquisas. Entre suas aplicações estão a determinação de ácidos orgânicos, como cítrico, málico e lático, e a análise de compostos fenólicos, importantes para compreender as características e a composição dos vinhos.

"Com o cromatógrafo, é possível ampliar o nível de abrangência e detalhamento das análises, e oferecer ao produtor informações ainda mais precisas sobre o vinho. É um avanço importante para o controle de qualidade e também para apoiar pesquisas no setor", afirma Fernanda Spinelli, responsável pela estruturação do Laboratório ANPROVIN.

A instalação amplia o potencial de atuação do laboratório em análises especializadas, pesquisa e geração de conhecimento para o setor vitivinícola brasileiro.

Instalado no Parque Tecnológico Ivaldo Cenci, no Distrito Federal, o laboratório iniciou suas operações recentemente e já registra forte demanda: em apenas dois meses de atividade, recebeu mais de 200 amostras e realizou mais de 300 análises para 23 vinícolas. O resultado confirma a necessidade do setor por suporte técnico especializado e de fácil acesso. A localização também contribui para reduzir custos e prazos logísticos, principalmente para produtores das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Crédito: Anprovin



O projeto nasceu de uma parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e foi concebido como um pilar de inovação para a cadeia produtiva. A unidade segue rigorosos padrões de precisão, com reagentes de alta pureza, análises em duplicata e protocolos baseados na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, além dos métodos oficiais da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). Isso garante resultados confiáveis, rastreáveis e alinhados às exigências dos mercados globais.

"É uma honra participar de um processo tão importante para a vitivinicultura brasileira. Ficamos muito felizes em poder trazer essa inovação para um ponto estratégico do país, geograficamente privilegiado, o que fortalece ainda mais o papel do setor no cenário nacional", afirma Claudio Góes, Presidente da ANPROVIN.

Entre os serviços já disponíveis, estão parâmetros como teor alcoólico, acidez total e volátil, ácido tartárico, ácido málico, ácido lático, pH, açúcares, extrato seco, densidade e polifenóis, entre outros indicadores físico-químicos essenciais para o controle de qualidade e a conformidade dos produtos. O escopo completo, prazos e valores podem ser consultados pelo e-mail laboratorio@anprovin.com.br